


**A IMPORTÂNCIA DO DESENHO INFANTIL NA AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA:
INVESTIGAR, DETECTAR CAUSAS E INTERVENÇÕES**

**THE IMPORTANCE OF CHILDREN'S DRAWING IN PSYCHOPEDAGOGICAL
ASSESSMENT: INVESTIGATING, IDENTIFYING CAUSES, AND INTERVENTIONS**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.047-009>

Maria Gracielle de Sousa Gomes Pereira

Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional
Faculdade FAECH – FAECH, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Farias Brito/CE, Brasil
E-mail: mgsdpereir@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7377225232589989>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4128-1131>

Maria Izabel Pedro da Silva

Mestranda em Educação

Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte – UPE, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE, Brasil
E-mail: izabelpedro2009@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2905356848631037>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2861-581X>

Francisca Alves de Araújo Lindonésia

Especialista em Geografia e Meio Ambiente

Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, Brasil
E-mail: lindomesia.alves@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4583-737X>

José Wellington Freire Rodrigues

Especialista em Gestão Escolar

Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Araripe/CE, Brasil
E-mail: josewellington.rodrigues@urca.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4216458926700011>

José Pinheiro da Silva Neto

Especialista em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Universidade Federal do Piauí – UFPI, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Nova Olinda/CE, Brasil
E-mail: jotapinnheiro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4958-4797>

Maria Eliane Esmeraldo Martins

Mestranda em Ensino em Saúde
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil
Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil
E-mail: eliane_cicero@hotmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4212208847553623>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9667-2150>

Maria Aparecida Esmeraldo Martins

Especialista em Gestão da Educação Pública
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Brasil
Vínculo Institucional: Secretaria de Estado de Educação do Ceará – SEDUC, Brasil
E-mail: maria.mourao1@prof.ce.gov.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3230783480019655>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5690-6293>

Maria Francineide Macêdo Landim

Especialista em Educação Infantil e Ensino Fundamental
Faculdade de Juazeiro do Norte – FJN, Brasil
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, Brasil
E-mail: francineidelandim@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4195993538117539>

Joseanne Magalhaes Barbosa Fernandes

Mestranda em Ensino em Saúde
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil
Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil
E-mail: joseannemagalhaes@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3329541808365395>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2957-8909>

RESUMO

O presente artigo analisa a importância do desenho infantil na avaliação psicopedagógica, compreendendo-o como linguagem simbólica capaz de revelar dimensões cognitivas, emocionais, motoras, sociais e subjetivas da criança em processo de aprendizagem. Parte-se do entendimento de que a produção gráfica ultrapassa a função recreativa, constituindo-se como recurso de escuta, investigação e intervenção diante das dificuldades escolares. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em autores da psicologia, da psicopedagogia e do desenvolvimento infantil. Os estudos analisados evidenciam que o desenho possibilita ao psicopedagogo observar aspectos como organização espacial, coordenação motora fina, expressão emocional, criatividade, vínculos afetivos e relação da criança com o conhecimento. Conclui-se que o uso ético e contextualizado do desenho amplia a compreensão do sujeito aprendente, favorecendo práticas avaliativas mais sensíveis, inclusivas e humanizadas, comprometidas com o desenvolvimento integral da infância.

Palavras-chave: Desenho infantil; Avaliação psicopedagógica; Desenvolvimento infantil.

ABSTRACT

This article analyzes the importance of children's drawing in psychopedagogical assessment, understanding it as a symbolic language capable of revealing cognitive, emotional, motor, social and subjective dimensions of children in the learning process. It starts from the assumption that graphic production goes beyond a recreational function, becoming a resource for listening, investigation and intervention in the face of school learning difficulties. Methodologically, this is a qualitative bibliographic study, grounded in authors from psychology, psychopedagogy and child development. The analyzed studies indicate that drawing enables the psychopedagogue to observe aspects such as spatial organization, fine motor coordination, emotional expression, creativity, affective bonds and the child's relationship with knowledge. The study concludes that the ethical and contextualized use of drawing broadens the understanding of the learning subject, favoring more sensitive, inclusive and humanized assessment practices committed to the integral development of childhood.

Keywords: Children's drawing; Psychopedagogical assessment; Child development.

1 INTRODUÇÃO

A infância constitui uma etapa decisiva da formação humana, não apenas por corresponder ao período em que se estruturam importantes aquisições cognitivas, afetivas, motoras e sociais, mas também por representar uma fase em que a criança elabora, de modo singular, suas primeiras formas de compreender o mundo e de comunicar aquilo que sente, percebe e vivencia. Antes mesmo do domínio sistematizado da escrita e, em muitos casos, antes da plena organização da linguagem oral, a criança já se expressa por meio de gestos, brincadeiras, movimentos, narrativas imaginárias e produções gráficas. Nesse universo de manifestações simbólicas, o desenho infantil assume lugar privilegiado, pois permite acessar dimensões da subjetividade que, muitas vezes, permanecem silenciosas nas avaliações escolares convencionais. Desenhar, portanto, não é apenas ocupar o tempo da criança com uma atividade lúdica; é possibilitar que ela organize experiências internas, represente sentimentos, elabore conflitos e comunique modos próprios de estar no mundo.

No campo da psicopedagogia, a compreensão do desenho infantil exige uma postura investigativa sensível, ética e interdisciplinar. A avaliação psicopedagógica contemporânea não pode restringir-se à verificação de erros, lacunas de conteúdo ou dificuldades pontuais de desempenho escolar. Ao contrário, deve buscar compreender a criança em sua integralidade, considerando sua história de vida, seus vínculos

familiares, suas experiências escolares, seus aspectos emocionais, suas condições cognitivas, suas possibilidades motoras, sua inserção sociocultural e sua relação subjetiva com o aprender. Nessa perspectiva, o desenho infantil torna-se um recurso relevante porque aproxima o profissional de manifestações espontâneas da criança, oferecendo pistas importantes sobre sua organização interna, sua maturidade simbólica, sua percepção de si, sua relação com o outro e sua forma particular de significar a realidade.

A psicopedagogia, ao investigar as dificuldades de aprendizagem, precisa superar leituras reducionistas que atribuem o insucesso escolar exclusivamente à criança. Muitas dificuldades apresentadas no processo de escolarização são atravessadas por fatores emocionais, pedagógicos, familiares, sociais, culturais e institucionais. Desse modo, a produção gráfica infantil pode contribuir para ampliar a escuta profissional, sobretudo quando articulada a outros instrumentos avaliativos, como a anamnese, a observação clínica e escolar, as entrevistas com familiares e professores, as atividades pedagógicas dirigidas e a análise do percurso educacional da criança. O desenho, nesse contexto, não deve ser interpretado isoladamente, nem utilizado como prova definitiva de diagnóstico, mas compreendido como uma linguagem que, quando analisada com prudência e fundamentação teórica, pode revelar aspectos significativos do desenvolvimento infantil.

A relevância do desenho infantil já foi destacada por autores clássicos do desenvolvimento e da expressão gráfica da criança. Luquet (1969), ao estudar o desenho infantil, demonstrou que a criança não desenha simplesmente aquilo que vê, mas aquilo que compreende, seleciona, valoriza e simboliza a partir de sua experiência. Essa compreensão desloca o olhar adulto de uma avaliação meramente estética para uma análise mais profunda da lógica infantil de representação. Da mesma forma, Lowenfeld e Brittain (1977) reconhecem o desenho como uma das formas mais autênticas de expressão da criança, pois nele se articulam imaginação, percepção, emoção, criatividade e desenvolvimento cognitivo. Assim, cada traço, forma, cor, proporção, ausência, repetição ou organização espacial pode oferecer indícios importantes sobre a maneira como a criança percebe a si mesma, os outros e o ambiente em que vive.

No campo da epistemologia genética, Piaget (1978) contribuiu para a compreensão do desenho ao relacioná-lo ao desenvolvimento da função simbólica. Para o autor, a criança constrói progressivamente formas de representação da realidade, passando de manifestações iniciais mais ligadas à ação motora para produções simbólicas mais organizadas. O desenho, nesse sentido, acompanha o desenvolvimento do pensamento, revelando modos de assimilação, organização e reconstrução da realidade. Não se trata de compreender a produção gráfica infantil como cópia fiel do mundo externo, mas como expressão de um pensamento em desenvolvimento, que reorganiza experiências conforme as possibilidades cognitivas da criança em cada etapa de sua trajetória.

Sob a perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (2007; 2009) amplia essa discussão ao compreender o desenvolvimento infantil como processo mediado pelas relações sociais, pela cultura e pela linguagem. O desenho, nesse enfoque, não é uma produção isolada da interioridade infantil, mas uma atividade simbólica profundamente marcada pelas experiências sociais da criança. Ao desenhar, ela reorganiza vivências, internaliza significados, mobiliza a imaginação e transforma experiências concretas em representações simbólicas. Essa concepção é fundamental para a psicopedagogia, pois impede que a análise do desenho seja reduzida a interpretações rígidas e descontextualizadas.

Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas, isto é, inters psicologicamente, e, depois, no interior da criança, isto é, intrapsicologicamente. Tal compreensão evidencia que os processos psicológicos superiores se constituem nas relações sociais e são posteriormente internalizados pelos sujeitos, tornando-se parte de sua estrutura cognitiva. A interação com o outro, mediada pela linguagem, pela cultura e pelas práticas sociais, desempenha papel fundamental na aprendizagem e no desenvolvimento, pois é por meio dela que a criança amplia suas formas de pensar, agir e compreender o mundo (Vygotsky, 2007, p. 57).

Essa compreensão permite afirmar que o desenho infantil carrega marcas da vida social da criança, de suas interações, de seus vínculos afetivos e das mediações culturais que atravessam sua formação. Portanto, quando utilizado na avaliação psicopedagógica, o desenho não deve ser visto apenas como resultado gráfico, mas como processo de expressão, elaboração e comunicação. A forma como a criança se aproxima da folha, escolhe as cores, organiza os elementos, aceita ou rejeita a proposta, apaga, rasura, repete figuras, narra sua produção ou silencia diante dela também constitui material relevante para a escuta psicopedagógica.

No contexto das dificuldades de aprendizagem, o desenho pode auxiliar na identificação de sinais relacionados à coordenação motora fina, lateralidade, orientação espacial, percepção visual, planejamento, atenção, organização sequencial, criatividade, autoestima e tolerância à frustração. Crianças com dificuldades na leitura e na escrita, por exemplo, podem apresentar também fragilidades na organização espacial, no controle motor, na percepção de formas, na direcionalidade e na representação simbólica. Entretanto, tais aspectos não devem ser analisados de maneira mecânica, pois o desenho infantil é atravessado por múltiplas dimensões. A ausência de detalhes, o uso intenso de determinadas cores, a desproporção de figuras, o isolamento de personagens ou a resistência à produção gráfica podem indicar questões relevantes, mas somente ganham sentido quando relacionados à história singular da criança, ao contexto familiar, à experiência escolar e às demais informações obtidas durante o processo avaliativo.

A contribuição de Winnicott (1975) também se mostra significativa para essa reflexão, especialmente ao destacar a importância do brincar e da criatividade na constituição subjetiva da criança. O desenho, assim como o brincar, pode ser compreendido como espaço transicional, no qual a criança

experimenta, simboliza, cria e elabora aspectos de sua realidade interna e externa. Na avaliação psicopedagógica, esse entendimento favorece práticas menos invasivas e mais acolhedoras, nas quais a criança não é colocada apenas diante de tarefas avaliativas formais, mas convidada a expressar-se em uma linguagem mais próxima de sua experiência infantil. Essa postura fortalece o vínculo com o profissional e amplia a qualidade das informações observadas.

Fernández (1991), ao discutir os vínculos entre inteligência, desejo e aprendizagem, contribui para compreender que aprender não é apenas uma operação cognitiva, mas também uma experiência afetiva e subjetiva. Muitas crianças que apresentam dificuldades escolares carregam sentimentos de incapacidade, medo de errar, vergonha, insegurança ou rejeição em relação ao saber. O desenho, nesse sentido, pode revelar marcas desse vínculo com o aprender, permitindo ao psicopedagogo observar não somente o que a criança sabe ou não sabe, mas como ela se posiciona diante da tarefa, como reage ao desafio, como lida com a frustração e como expressa sua relação com a escola, com os adultos e consigo mesma.

Diante disso, a avaliação psicopedagógica mediada pelo desenho infantil precisa ser conduzida com rigor teórico, sensibilidade interpretativa e responsabilidade ética. Não se trata de transformar cada traço em diagnóstico, nem de atribuir significados fixos a elementos gráficos isolados. Ao contrário, trata-se de reconhecer que a criança comunica por múltiplas linguagens e que sua produção gráfica pode abrir caminhos para uma compreensão mais ampla de suas necessidades, potencialidades e modos de aprender. O desenho, quando bem utilizado, não substitui outros instrumentos avaliativos, mas os complementa, enriquecendo a investigação e favorecendo intervenções mais coerentes com a singularidade de cada sujeito.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de fortalecer práticas psicopedagógicas mais humanizadas, capazes de considerar a criança para além dos resultados escolares mensuráveis. Em tempos marcados pela pressa diagnóstica, pela medicalização da infância e pela tendência de padronização dos processos educativos, torna-se urgente recuperar instrumentos de escuta que valorizem a subjetividade, a criatividade e a expressão infantil. O desenho, nesse cenário, reafirma-se como recurso potente para investigar dificuldades de aprendizagem, detectar possíveis causas associadas ao sofrimento escolar e orientar intervenções pedagógicas e terapêuticas mais sensíveis, inclusivas e eficazes.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a importância do desenho infantil na avaliação psicopedagógica, destacando suas contribuições para a investigação diagnóstica, a identificação de fatores relacionados às dificuldades de aprendizagem e a construção de intervenções mais humanizadas. Parte-se do entendimento de que o desenho constitui uma linguagem simbólica da infância e, por isso, pode auxiliar o psicopedagogo a compreender aspectos cognitivos, emocionais, motores, sociais e subjetivos que interferem diretamente no processo de aprender. Com isso, defende-se uma prática avaliativa que não

reduza a criança às suas dificuldades, mas reconheça suas formas próprias de expressão, seus modos singulares de desenvolvimento e suas possibilidades reais de aprendizagem.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O DESENHO INFANTIL COMO LINGUAGEM SIMBÓLICA

No percurso teórico que investiga a infância, o desenvolvimento humano e os processos de aprendizagem, o desenho infantil passou a ser reconhecido como uma linguagem simbólica de grande relevância para a compreensão da criança em sua integralidade. Por muito tempo, a produção gráfica infantil foi interpretada de modo limitado, sendo associada apenas ao entretenimento, ao passatempo escolar ou ao exercício inicial da coordenação motora. Contudo, estudos desenvolvidos nos campos da psicologia, da educação, da arte-educação e da psicopedagogia demonstram que o ato de desenhar ultrapassa a dimensão meramente estética, configurando-se como uma forma complexa de expressão subjetiva, elaboração emocional e representação simbólica da realidade vivida pela criança, conforme a abordagem do artigo analisado.

Ao desenhar, a criança não reproduz apenas aquilo que vê. Ela reorganiza experiências, projeta emoções, reelabora acontecimentos cotidianos e comunica aspectos internos que, muitas vezes, ainda não conseguem ser plenamente verbalizados. Cada traço, escolha cromática, disposição espacial, ausência de figuras, intensidade gráfica ou repetição simbólica pode revelar elementos significativos relacionados à maneira como a criança percebe o mundo, constrói vínculos afetivos e compreende sua própria existência. O desenho, nesse sentido, transforma-se em linguagem da infância, permitindo que sentimentos, conflitos, desejos, medos e percepções encontrem formas de manifestação.

A produção gráfica infantil possui profunda relação com o desenvolvimento da função simbólica. Piaget (1978) afirma que a criança, ao longo de seu desenvolvimento cognitivo, constrói gradativamente formas de representação capazes de substituir mentalmente objetos e experiências concretas. O desenho emerge, portanto, como expressão desse avanço simbólico, possibilitando que a criança represente o mundo externo a partir de suas interpretações internas. Não se trata de uma reprodução fiel da realidade objetiva, mas da construção de significados organizados segundo sua maturidade cognitiva, suas experiências emocionais e suas relações sociais.

Sob essa perspectiva, torna-se inadequado analisar o desenho infantil a partir de critérios estéticos adultos. A lógica simbólica da infância não obedece aos parâmetros de proporcionalidade, perspectiva ou realismo frequentemente valorizados no olhar adulto. A criança desenha aquilo que considera importante, significativo ou emocionalmente marcante, e não necessariamente aquilo que corresponde às regras convencionais da representação visual.

Luquet (1969), em seus estudos sobre o desenho infantil, destaca que a criança elabora uma forma própria de representação gráfica, marcada por interpretações particulares da realidade. O autor demonstra que o desenho infantil acompanha o desenvolvimento intelectual da criança, revelando transformações progressivas na maneira de perceber, selecionar e simbolizar o mundo ao seu redor. Dessa forma, o desenho não pode ser compreendido apenas como manifestação espontânea desprovida de significado, mas como produção carregada de intencionalidade subjetiva.

A expressividade simbólica presente no desenho infantil revela-se, sobretudo, na maneira como a criança reorganiza internamente suas vivências emocionais e sociais. Experiências marcadas por conflitos familiares, sentimentos de medo, insegurança, exclusão, perdas afetivas ou situações traumáticas frequentemente aparecem representadas de forma indireta nas produções gráficas, permitindo que conteúdos subjetivos encontrem possibilidades de manifestação. Em diferentes contextos clínicos e educacionais, observa-se que crianças com dificuldades de aprendizagem, sofrimento emocional ou fragilidade nas relações interpessoais encontram no desenho uma via de expressão mais acolhedora e menos intimidante do que a comunicação verbal direta, favorecendo processos de elaboração emocional e compreensão de suas experiências internas.

Nesse sentido, Winnicott (1975) compreende as produções criativas infantis como espaços fundamentais de constituição psíquica e organização emocional. Para o autor, brincar, desenhar e criar permitem à criança experimentar formas de expressão que favorecem o desenvolvimento saudável da subjetividade. O desenho, portanto, não é apenas produto gráfico, mas experiência emocional, relacional e simbólica.

É no brincar, e talvez apenas no brincar, que a criança ou o adulto fruem sua liberdade de criação. A experiência criativa começa com o viver criativo manifestado inicialmente na brincadeira da criança, que posteriormente se amplia para outras formas de expressão simbólica e cultural. O brincar constitui um espaço privilegiado de experimentação, no qual o sujeito explora emoções, elabora experiências e constrói sentidos sobre si e sobre o mundo. A atividade lúdica não representa mera distração, mas condição fundamental para o desenvolvimento emocional, para a constituição da subjetividade e para a ampliação da capacidade de imaginar, criar e relacionar-se com a realidade de forma autêntica (Winnicott, 1975, p. 80).

Sob a perspectiva winnicottiana, o desenho infantil passa a ser compreendido como uma manifestação profundamente relacionada à constituição subjetiva da criança, o que amplia de maneira significativa sua relevância no campo psicopedagógico. Tal compreensão evidencia que as produções gráficas da infância não podem ser analisadas por meio de interpretações rígidas, mecanicistas ou simplificadoras, uma vez que cada desenho expressa marcas singulares da história emocional da criança, das relações sociais estabelecidas em seu contexto de vida e das experiências subjetivas construídas ao longo de seu desenvolvimento.

A teoria histórico-cultural desenvolvida por Vygotsky (2009) compreende o desenho infantil como uma atividade simbólica profundamente mediada pelas relações sociais e pelos elementos culturais presentes no cotidiano da criança. Nessa perspectiva, o desenvolvimento humano não ocorre de maneira isolada, mas por meio das interações estabelecidas com o outro e da apropriação de instrumentos culturais que contribuem para a formação e ampliação das funções psicológicas superiores. Inserido nesse processo, o desenho desempenha papel relevante no desenvolvimento da imaginação, da memória, da linguagem, do pensamento abstrato e da capacidade de organização simbólica do raciocínio infantil.

Partindo dessa compreensão, Vygotsky (2009) defende que a imaginação infantil não se dissocia da realidade concreta, mas se constrói a partir da reorganização das experiências vividas socialmente pela criança. O desenho, portanto, ultrapassa a dimensão da fantasia espontânea, constituindo-se como uma forma de reelaboração simbólica das vivências cotidianas. Tal entendimento possui significativa relevância no contexto psicopedagógico, pois contribui para evitar interpretações superficiais das produções gráficas infantis, favorecendo análises mais sensíveis, contextualizadas e comprometidas com a singularidade do desenvolvimento humano.

A imaginação não se afasta da realidade; ao contrário, depende diretamente da riqueza e da diversidade da experiência acumulada pelo indivíduo. Quanto mais experiências possui a criança, mais abundante será o material de que dispõe sua imaginação. A atividade imaginativa, portanto, não surge de maneira desvinculada do mundo concreto, mas reorganiza elementos da experiência vivida, permitindo à criança criar novas combinações, elaborar significados e ampliar sua compreensão da realidade. Imaginação e experiência mantêm relação dialética, pois é na interação com o meio social, cultural e afetivo que se constituem as bases para a criatividade, para a produção simbólica e para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (Vygotsky, 2009, p. 23).

A relação entre desenho e experiência subjetiva também pode ser observada nas contribuições de Lowenfeld e Brittain (1977), autores que reconhecem o desenho como uma das formas mais genuínas de expressão infantil. Segundo esses pesquisadores, a criança projeta em suas produções gráficas elementos de sua percepção emocional, social e cognitiva, tornando o desenho um importante indicador do desenvolvimento humano. Os autores destacam ainda que o processo criativo possui relevância maior do que o resultado estético final, pois é durante a atividade expressiva que a criança organiza sentimentos, experimenta possibilidades simbólicas e fortalece mecanismos de construção da identidade.

No contexto educacional, a valorização do desenho infantil enquanto linguagem simbólica contribui para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às singularidades da infância. Muitas crianças encontram dificuldades em expressar verbalmente emoções complexas, sobretudo quando vivenciam situações de sofrimento emocional, ansiedade, insegurança ou barreiras relacionadas ao processo de aprendizagem. O desenho, nesses casos, pode funcionar como importante canal de comunicação entre a criança, o professor e o psicopedagogo, permitindo formas mais acolhedoras de escuta e compreensão.

Essa perspectiva torna-se ainda mais relevante diante do crescimento dos processos de medicalização da infância e da tendência de reduzir dificuldades escolares a diagnósticos rápidos e interpretações biologizantes. A produção gráfica infantil oferece ao profissional a possibilidade de ampliar o olhar sobre a criança, reconhecendo que o aprender envolve dimensões emocionais, sociais, culturais e subjetivas que ultrapassam os limites do desempenho acadêmico quantitativo.

De acordo com Fernández (1991), os problemas de aprendizagem precisam ser compreendidos para além das limitações cognitivas ou do desempenho escolar, uma vez que estão diretamente relacionados ao desejo de aprender, à história subjetiva da criança e aos vínculos afetivos construídos com o conhecimento. Nessa perspectiva, o desenho infantil constitui importante instrumento de expressão simbólica, capaz de revelar aspectos desse vínculo com a aprendizagem, tornando perceptíveis sentimentos de medo, insegurança, incapacidade, exclusão ou resistência diante das experiências escolares.

Ao considerar o desenho infantil como linguagem simbólica, a psicopedagogia assume uma postura mais ética e humanizada diante da infância. Isso significa compreender que cada produção gráfica constitui expressão singular de uma criança situada historicamente, atravessada por relações sociais, emoções, experiências familiares e vivências escolares específicas. O desenho deixa de ser visto apenas como atividade complementar e passa a ocupar lugar relevante nos processos de investigação, escuta e compreensão do desenvolvimento infantil.

A utilização do desenho enquanto linguagem simbólica também contribui de maneira significativa para o fortalecimento de práticas inclusivas no contexto escolar, sobretudo em situações que envolvem crianças neurodivergentes, estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento, dificuldades na comunicação verbal ou importantes barreiras emocionais. Nessas circunstâncias, a produção gráfica frequentemente se configura como uma alternativa acessível de expressão e participação, possibilitando que a criança manifeste pensamentos, emoções e percepções que, muitas vezes, não consegue comunicar por meio da linguagem verbal convencional.

Desse modo, reconhecer o desenho infantil como linguagem simbólica implica admitir que a infância comunica sua existência por múltiplas vias expressivas. Escutar os desenhos de uma criança significa reconhecer a legitimidade de sua subjetividade, de seus silêncios, de suas emoções e de seus modos próprios de interpretar o mundo. Na avaliação psicopedagógica, essa compreensão amplia as possibilidades de intervenção e fortalece práticas mais acolhedoras, sensíveis e comprometidas com o desenvolvimento integral da criança.

2.2 DESENVOLVIMENTO INFANTIL E REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O desenvolvimento infantil constitui um processo dinâmico, contínuo e multifacetado, marcado pela interação entre fatores biológicos, emocionais, cognitivos, sociais e culturais. Desde os primeiros anos de

vida, a criança constrói formas particulares de perceber, interpretar e representar o mundo ao seu redor, utilizando diferentes linguagens para comunicar experiências, desejos, sentimentos e percepções. Nesse contexto, a representação gráfica emerge como uma importante manifestação do desenvolvimento humano, revelando não apenas avanços motores e cognitivos, mas também modos singulares de organização simbólica e elaboração subjetiva da realidade.

O desenho infantil acompanha as transformações estruturais do pensamento da criança e manifesta, de maneira visível, aspectos relacionados à maturação neurológica, ao desenvolvimento perceptivo, à coordenação motora fina, à construção da linguagem simbólica e à ampliação das capacidades imaginativas. Cada traço produzido pela criança carrega marcas de seu estágio de desenvolvimento, de suas experiências sociais e da forma como internaliza e reorganiza os estímulos provenientes do ambiente em que vive. Por essa razão, a análise da representação gráfica infantil exige uma compreensão ampla do desenvolvimento humano, afastando-se de interpretações superficiais ou exclusivamente estéticas.

As produções gráficas da infância não surgem de maneira aleatória. Elas acompanham progressivamente a evolução das funções psicológicas superiores, tornando-se cada vez mais organizadas, intencionais e simbólicas à medida que a criança amplia suas capacidades cognitivas e perceptivas. Nesse sentido, o desenho infantil não deve ser compreendido apenas como habilidade artística, mas como importante expressão do desenvolvimento intelectual, emocional e social da criança.

Na concepção de Piaget e Inhelder (1993), a representação gráfica está diretamente relacionada ao desenvolvimento da função simbólica, compreendida como a capacidade da criança de substituir objetos e experiências concretas por imagens, palavras, gestos ou símbolos mentais. Antes da consolidação dessa habilidade, o pensamento infantil permanece predominantemente vinculado às ações imediatas e às vivências concretas do cotidiano. Com o avanço do desenvolvimento cognitivo, a criança passa a ampliar sua capacidade de representar mentalmente situações ausentes, favorecendo processos mais elaborados de abstração, imaginação e simbolização. Nesse contexto, o desenho infantil configura-se como uma importante manifestação do pensamento representativo, uma vez que, ao desenhar, a criança não apenas reproduz elementos do mundo externo, mas reorganiza cognitivamente aquilo que percebe, sente e compreende acerca da realidade, tornando a representação gráfica uma expressão visível da construção do pensamento e das formas pelas quais elabora simbolicamente suas experiências.

A IMPORTÂNCIA DO DESENHO INFANTIL NA AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA: INVESTIGAR, DETECTAR CAUSAS E INTERVENÇÕES

A imagem mental, o jogo simbólico, a linguagem e o desenho derivam da função semiótica geral, cuja formação ocorre durante o período sensorio-motor e se desenvolve amplamente no estágio pré-operatório, permitindo à criança representar objetos ausentes e reconstruir simbolicamente suas experiências. Essa capacidade de representação marca uma transformação significativa no desenvolvimento cognitivo infantil, pois possibilita que a criança ultrapasse a ação imediata sobre os objetos e passe a operar mentalmente com imagens, símbolos e significados. A função semiótica amplia as possibilidades de comunicação, imaginação e pensamento, favorecendo a organização das experiências vividas e a construção progressiva de formas mais complexas de compreensão da realidade (Piaget; Inhelder, 1993, p. 59).

Os estudos desenvolvidos por Piaget e Inhelder (1993) evidenciam que o desenho infantil acompanha os diferentes estágios do desenvolvimento da criança, apresentando transformações progressivas conforme ocorre a maturação cognitiva. Nos primeiros anos de vida, predominam produções gráficas relacionadas à experimentação motora, caracterizadas por movimentos amplos, traços aparentemente desordenados e ausência de uma intenção representativa claramente estruturada. Essas manifestações iniciais, conhecidas como garatujas, constituem uma etapa fundamental do desenvolvimento gráfico infantil, pois possibilitam à criança explorar movimentos corporais, aperfeiçoar a coordenação motora e construir as primeiras relações espaciais.

À medida que o desenvolvimento avança, o desenho infantil torna-se progressivamente mais organizado. A criança passa a atribuir significado aos traços produzidos, iniciando processos de representação simbólica que revelam sua capacidade de relacionar imagem e pensamento. Surge, então, a intenção comunicativa do desenho, momento em que as produções gráficas deixam de ser apenas movimentos motores para assumirem função representativa.

Em suas pesquisas sobre o desenvolvimento artístico infantil, Lowenfeld e Brittain (1977) descrevem a evolução gráfica da criança a partir de diferentes etapas do desenvolvimento, entre elas o estágio das garatujas, o pré-esquemático, o esquemático, o realismo inicial e o pseudonaturalismo. Cada uma dessas fases apresenta características próprias relacionadas ao desenvolvimento motor, à organização simbólica, à percepção espacial e às formas pelas quais a criança compreende e representa a realidade ao seu redor.

No estágio pré-esquemático, por exemplo, a criança inicia a construção das primeiras representações humanas reconhecíveis, ainda marcadas por simplificações gráficas e desproporções estruturais. Já no estágio esquemático, observa-se maior estabilidade na representação dos objetos, ampliação da organização espacial e consolidação de padrões gráficos mais estruturados. Essas transformações revelam importantes avanços na capacidade de observação, memória visual, coordenação motora e elaboração simbólica.

Além do desenvolvimento cognitivo, a representação gráfica infantil também sofre influência significativa das experiências emocionais e sociais vivenciadas pela criança. O desenho expressa modos de perceber o ambiente familiar, escolar e comunitário, tornando-se atravessado por sentimentos, vínculos afetivos, inseguranças, medos e formas de pertencimento social. Por isso, a produção gráfica não pode ser

interpretada exclusivamente como indicador de maturidade intelectual, pois envolve dimensões subjetivas que ultrapassam os limites da cognição formal.

A perspectiva histórico-cultural apresentada por Vygotsky (2009) oferece significativa contribuição para a compreensão do desenvolvimento infantil ao defender que a aprendizagem e o desenvolvimento humano acontecem por meio das interações sociais e da mediação cultural. Para o autor, esses processos não ocorrem de maneira isolada da vida em sociedade, mas constituem construções históricas e culturais elaboradas nas relações estabelecidas com o outro. Nessa perspectiva, o desenho infantil configura-se como uma atividade simbólica mediada pelas experiências sociais da criança, expressando tanto aspectos subjetivos quanto elementos culturais presentes em seu contexto de vida.

O desenho infantil é um estágio preliminar da linguagem escrita. A criança desenha não aquilo que vê, mas aquilo que sabe sobre o objeto, reconstruindo simbolicamente sua experiência a partir das relações sociais e culturais das quais participa. O ato de desenhar constitui, portanto, uma forma de expressão e de elaboração do pensamento, na qual memória, imaginação e experiência social se articulam na produção de sentidos. Ao representar o mundo graficamente, a criança organiza percepções, comunica conhecimentos e manifesta compreensões construídas nas interações com o meio, evidenciando que o desenho não é mera reprodução da realidade, mas atividade simbólica profundamente vinculada ao desenvolvimento cultural e cognitivo (Vygotsky, 2009, p. 87).

Essa perspectiva amplia significativamente a compreensão da representação gráfica infantil, pois evidencia que os desenhos carregam marcas das vivências culturais da criança, de suas relações familiares, de suas experiências escolares e das mediações sociais que atravessam seu desenvolvimento. A criança desenha aquilo que faz sentido em seu universo simbólico, selecionando elementos emocionalmente relevantes e reorganizando-os conforme suas possibilidades cognitivas e afetivas.

No contexto psicopedagógico, a observação do desenvolvimento gráfico infantil torna-se importante instrumento de investigação, especialmente porque permite identificar aspectos relacionados à coordenação motora fina, lateralidade, percepção visual, organização espacial, planejamento motor e maturidade simbólica. Crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem podem demonstrar, em suas produções gráficas, sinais relacionados a atrasos no desenvolvimento perceptivo-motor, dificuldades na organização espacial ou fragilidades na construção simbólica.

Entretanto, é fundamental destacar que o desenho infantil não deve ser utilizado de maneira determinista ou patologizante. A interpretação das produções gráficas exige contextualização cuidadosa, escuta qualificada e integração com outros instrumentos de avaliação. Nem toda produção considerada “imatura” indica dificuldade de aprendizagem, assim como desenhos organizados não significam, necessariamente, ausência de sofrimento emocional ou dificuldades cognitivas.

Nesse sentido, Weiss (2012) ressalta que a avaliação psicopedagógica precisa considerar a singularidade da criança, reconhecendo que cada sujeito possui ritmos próprios de desenvolvimento e

formas particulares de expressão. A produção gráfica deve ser compreendida dentro do conjunto das experiências vividas pela criança, evitando interpretações rígidas ou classificações precipitadas.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre desenvolvimento gráfico e aquisição da linguagem escrita. Diversos estudos demonstram que habilidades relacionadas à organização espacial, coordenação motora fina, percepção visual e planejamento gráfico influenciam diretamente o processo de alfabetização. O desenho, portanto, pode oferecer importantes pistas sobre aspectos envolvidos na construção da leitura e da escrita, especialmente nos anos iniciais da escolarização.

A coordenação entre percepção visual e movimento manual, por exemplo, constitui habilidade fundamental tanto para a produção gráfica quanto para a escrita alfabética. Crianças que apresentam dificuldades no controle motor fino podem demonstrar insegurança nos traços, pressão excessiva sobre o papel, desorganização espacial ou resistência às atividades gráficas. Tais manifestações não devem ser interpretadas isoladamente, mas analisadas em conjunto com outros elementos do desenvolvimento infantil.

Além das contribuições cognitivas e motoras, a representação gráfica também favorece o desenvolvimento emocional e criativo da criança. O ato de desenhar permite experimentar formas de expressão subjetiva, fortalecer a imaginação, organizar emoções e ampliar possibilidades comunicativas. Em contextos escolares, a valorização do desenho contribui para práticas pedagógicas mais sensíveis à infância, respeitando diferentes formas de aprender, criar e expressar pensamentos.

A crescente valorização de avaliações quantitativas e resultados padronizados, muitas vezes, invisibiliza linguagens fundamentais da infância, entre elas o desenho. Recuperar a importância da representação gráfica no desenvolvimento infantil significa reconhecer que a criança aprende e se comunica por múltiplas vias simbólicas. O desenho, nesse sentido, não constitui atividade secundária no processo educativo, mas linguagem essencial para a compreensão do desenvolvimento humano em sua complexidade.

Compreender o desenvolvimento infantil a partir da representação gráfica implica assumir uma concepção de infância que reconhece a criança como sujeito histórico, cultural e produtor de sentidos. Seus desenhos não são simples rabiscos desprovidos de significado, mas manifestações legítimas de pensamento, emoção, memória, imaginação e experiência social. Na avaliação psicopedagógica, essa compreensão amplia as possibilidades de investigação e fortalece práticas mais humanizadas, inclusivas e comprometidas com o desenvolvimento integral da criança.

2.3 A AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA E O USO DO DESENHO INFANTIL

A avaliação psicopedagógica constitui um processo investigativo complexo, interdisciplinar e profundamente comprometido com a compreensão das múltiplas dimensões envolvidas no ato de aprender. Diferentemente das abordagens tradicionais centradas apenas na identificação de déficits escolares ou na

mensuração quantitativa do desempenho acadêmico, a perspectiva psicopedagógica contemporânea busca compreender o sujeito em sua integralidade, considerando fatores cognitivos, emocionais, sociais, culturais, familiares e pedagógicos que atravessam a construção da aprendizagem. Nesse contexto, o desenho infantil assume importante função investigativa, configurando-se como instrumento sensível de observação, escuta e interpretação das manifestações subjetivas da criança.

A aprendizagem humana não pode ser compreendida como processo exclusivamente intelectual. O modo como a criança aprende está diretamente relacionado às experiências afetivas que constrói ao longo de sua trajetória, às relações estabelecidas com o conhecimento, às condições emocionais em que vive, às oportunidades educativas oferecidas pelo meio e às formas pelas quais é reconhecida em seus espaços de convivência. Dessa maneira, a avaliação psicopedagógica exige uma postura ética e humanizada, capaz de ultrapassar leituras simplificadoras do fracasso escolar.

Nesse cenário, o desenho infantil apresenta significativa relevância por possibilitar formas de expressão mais espontâneas e menos ameaçadoras para a criança. Muitas vezes, sentimentos de medo, insegurança, ansiedade, exclusão, sofrimento emocional ou resistência à aprendizagem não emergem facilmente em atividades formais de avaliação, mas podem manifestar-se simbolicamente nas produções gráficas. O desenho, portanto, amplia as possibilidades de compreensão do sujeito aprendente, permitindo que aspectos subjetivos venham à tona de maneira mais acolhedora.

A avaliação psicopedagógica mediada pelo desenho infantil não se limita à observação estética da produção gráfica. Trata-se de um processo interpretativo que considera o contexto da criança, suas condições de desenvolvimento, sua história escolar, suas experiências familiares, suas relações sociais e os vínculos afetivos estabelecidos com o aprender. Assim, cada produção gráfica deve ser analisada em articulação com outros instrumentos investigativos, evitando interpretações isoladas ou conclusões precipitadas.

A partir das contribuições de Fernández (1991), compreende-se que a aprendizagem está profundamente vinculada ao desejo, à subjetividade e às relações afetivas construídas pela criança diante do conhecimento. Para a autora, as dificuldades de aprendizagem não podem ser interpretadas apenas como limitações cognitivas isoladas, uma vez que carregam marcas das experiências emocionais, dos vínculos familiares e das relações estabelecidas com o ambiente escolar ao longo do desenvolvimento infantil.

A IMPORTÂNCIA DO DESENHO INFANTIL NA AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA: INVESTIGAR, DETECTAR CAUSAS E INTERVENÇÕES

O problema de aprendizagem não é um erro nem uma falha puramente intelectual. Ele expressa uma modalidade particular de relação com o conhecimento, atravessada pela história subjetiva do sujeito, pelos vínculos afetivos e pelos sentidos atribuídos ao aprender. As dificuldades de aprendizagem não podem ser compreendidas de forma isolada ou reduzidas a déficits cognitivos, pois envolvem experiências emocionais, relações familiares, trajetórias escolares e modos singulares de construção do desejo de saber. O aprender, portanto, constitui um processo complexo, no qual aspectos afetivos, sociais e simbólicos participam diretamente da forma como o sujeito se aproxima, aceita ou resiste ao conhecimento (Fernández, 1991, p. 82).

A contribuição de Fernández (1991) torna-se especialmente relevante para a compreensão do desenho infantil na avaliação psicopedagógica, pois evidencia que a criança comunica, por meio de suas produções simbólicas, elementos importantes de sua relação com a aprendizagem. Em muitos casos, crianças que apresentam dificuldades escolares demonstram, através do desenho, sentimentos de incapacidade, desvalorização, medo do erro, insegurança ou baixa autoestima acadêmica.

Sob essa perspectiva, o desenho infantil funciona como importante mediador no processo de investigação psicopedagógica, permitindo observar não apenas o produto final da atividade, mas também o comportamento da criança durante sua realização. Aspectos como iniciativa, organização espacial, tolerância à frustração, persistência diante das dificuldades, espontaneidade, criatividade, interação com o profissional e forma de narrar o próprio desenho constituem elementos significativos para a compreensão do funcionamento subjetivo da criança.

No contexto da avaliação psicopedagógica, o desenho infantil também possibilita a observação de competências relacionadas ao desenvolvimento neuropsicomotor da criança. Durante a realização das atividades gráficas, podem ser analisados aspectos como coordenação motora fina, controle dos movimentos, percepção visual, lateralidade, orientação espacial, planejamento motor e organização sequencial, elementos que oferecem importantes indicativos sobre possíveis dificuldades associadas ao processo de alfabetização e ao desempenho escolar.

No entanto, torna-se fundamental reconhecer que a análise psicopedagógica do desenho não possui caráter determinista ou diagnóstico isolado. O desenho não deve ser interpretado como teste absoluto de personalidade ou como instrumento suficiente para identificar transtornos específicos. Sua utilização exige formação teórica consistente, sensibilidade interpretativa e compreensão contextualizada do desenvolvimento infantil.

Weiss (2012) destaca que a avaliação psicopedagógica deve priorizar a singularidade do sujeito, considerando que cada criança possui ritmos próprios de desenvolvimento, modos particulares de aprender e formas específicas de expressar emoções e experiências. Assim, o desenho precisa ser compreendido como uma via de acesso à subjetividade infantil, e não como mecanismo rígido de classificação.

Além dos aspectos cognitivos e emocionais, o desenho infantil também permite observar elementos relacionados às experiências sociais da criança. Situações de conflito familiar, dificuldades de interação,

sentimentos de isolamento, vivências traumáticas ou inseguranças emocionais frequentemente aparecem simbolicamente nas produções gráficas. Em alguns casos, crianças que possuem dificuldades na oralidade conseguem comunicar experiências significativas por meio de imagens, símbolos e narrativas visuais.

Nesse sentido, o desenho favorece práticas avaliativas mais inclusivas, especialmente em contextos envolvendo crianças neurodivergentes, crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dificuldades emocionais ou barreiras relacionadas à comunicação verbal. Para muitas dessas crianças, a produção gráfica representa importante forma de expressão subjetiva, possibilitando ao psicopedagogo ampliar a escuta para além da linguagem oral tradicional.

Na perspectiva histórico-cultural proposta por Vygotsky (2009), o desenho infantil é compreendido como uma atividade simbólica construída a partir das experiências sociais e culturais vivenciadas pela criança. Para o autor, as produções gráficas não correspondem a meras reproduções visuais da realidade, mas constituem formas de reorganização simbólica das experiências acumuladas no cotidiano. Nesse sentido, o desenho participa de maneira significativa do desenvolvimento do pensamento, da imaginação e da linguagem, contribuindo para a ampliação das funções psicológicas superiores.

A criança desenha de memória, desenha aquilo que conhece sobre os objetos e não apenas aquilo que vê. Seus desenhos refletem o modo como organiza simbolicamente suas experiências e relações com o mundo social, revelando compreensões construídas nas interações culturais e afetivas das quais participa. O desenho infantil, nesse sentido, ultrapassa a simples reprodução visual da realidade, constituindo-se como linguagem simbólica por meio da qual a criança expressa conhecimentos, emoções, percepções e significados elaborados a partir de sua vivência. Ao desenhar, a criança reorganiza experiências e atribui sentidos ao mundo, evidenciando a estreita relação entre imaginação, memória, cultura e desenvolvimento cognitivo (Vygotsky, 2009, p. 91).

A abordagem histórico-cultural amplia significativamente a compreensão do desenho no contexto da avaliação psicopedagógica ao evidenciar que as produções infantis são atravessadas pelas experiências sociais da criança, pelas relações familiares, pelas vivências escolares e pelas mediações culturais presentes em sua trajetória de desenvolvimento. Dessa forma, o desenho não pode ser interpretado de maneira isolada ou desvinculada do contexto de vida do sujeito, sob risco de gerar análises reducionistas, superficiais ou equivocadas acerca das manifestações simbólicas da infância.

Outro aspecto relevante refere-se ao potencial acolhedor do desenho no contexto avaliativo. Muitas crianças chegam ao atendimento psicopedagógico marcadas por experiências escolares negativas, sentimentos de fracasso ou medo constante de errar. Atividades excessivamente formais podem intensificar bloqueios emocionais e dificultar a expressão espontânea da criança. O desenho, por sua natureza lúdica e simbólica, tende a reduzir tensões, favorecendo a construção de vínculos mais seguros entre a criança e o profissional.

A partir das contribuições de Winnicott (1975), compreende-se que as experiências criativas desempenham papel fundamental nos processos de elaboração emocional e fortalecimento da subjetividade infantil. Nessa perspectiva, o desenho ultrapassa a função de simples instrumento técnico de investigação, configurando-se também como espaço de acolhimento emocional, expressão simbólica e construção de segurança psíquica durante o processo avaliativo.

No âmbito escolar, o uso do desenho na avaliação psicopedagógica também contribui para práticas menos excludentes e mais sensíveis às diferenças individuais. Em uma realidade educacional frequentemente marcada pela valorização excessiva do rendimento quantitativo, o desenho possibilita reconhecer formas alternativas de expressão e aprendizagem. Isso se torna particularmente importante em contextos nos quais crianças apresentam dificuldades na linguagem escrita, resistência às atividades formais ou fragilidades emocionais relacionadas à escolarização.

A análise psicopedagógica das produções gráficas deve considerar, portanto, não apenas o conteúdo simbólico do desenho, mas também o contexto em que ele é produzido, a narrativa construída pela criança sobre sua produção, o vínculo estabelecido durante a atividade e as condições subjetivas presentes naquele momento. Um mesmo elemento gráfico pode assumir significados distintos dependendo da história de vida, da cultura e das experiências emocionais da criança.

Diante dessa complexidade, a avaliação psicopedagógica requer sensibilidade teórica e cautela interpretativa, evitando generalizações apressadas ou análises padronizadas das produções infantis. O desenho, por si só, não fornece respostas definitivas, mas possibilita caminhos de compreensão que precisam ser articulados ao conjunto de informações construídas ao longo do processo investigativo, considerando a singularidade da criança e o contexto em que está inserida.

A utilização do desenho infantil na avaliação psicopedagógica reafirma a necessidade de práticas mais humanizadas, capazes de reconhecer a criança para além de suas dificuldades escolares. Escutar os desenhos de uma criança significa admitir que ela comunica sua existência através de múltiplas linguagens e que suas produções gráficas carregam marcas de sua história, de seus afetos, de suas experiências e de seus modos particulares de aprender.

Desse modo, o desenho infantil consolida-se não apenas como um recurso técnico da investigação psicopedagógica, mas como uma potente linguagem de escuta da infância, capaz de revelar dimensões profundas do desenvolvimento humano que frequentemente permanecem invisíveis nas avaliações tradicionais. Sua utilização favorece práticas mais sensíveis, inclusivas e comprometidas com a singularidade do sujeito aprendente, ampliando a qualidade da escuta profissional, fortalecendo vínculos afetivos durante o processo avaliativo e possibilitando intervenções mais éticas, humanizadas e coerentes com as necessidades emocionais, cognitivas e sociais da criança. Ao reconhecer o desenho como expressão legítima da subjetividade infantil, a psicopedagogia reafirma o compromisso de enxergar a criança para

além de suas dificuldades escolares, legitimando suas formas próprias de sentir, comunicar-se e construir sentidos sobre o mundo.

2.4 INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS A PARTIR DO DESENHO INFANTIL

As intervenções psicopedagógicas constituem práticas fundamentais no processo de acompanhamento, mediação e ressignificação das dificuldades de aprendizagem, especialmente quando desenvolvidas a partir de uma perspectiva humanizada e centrada na singularidade da criança. Nesse contexto, o desenho infantil assume importante papel como instrumento de intervenção, não apenas por possibilitar a observação de aspectos cognitivos e emocionais, mas também por favorecer experiências de expressão, elaboração subjetiva, fortalecimento da autoestima e ampliação das formas de comunicação da criança com o mundo.

A utilização do desenho no trabalho psicopedagógico ultrapassa a função diagnóstica e investigativa. Quando incorporado às práticas interventivas, ele transforma-se em recurso pedagógico, terapêutico e relacional, permitindo que a criança organize emoções, represente experiências, desenvolva habilidades cognitivas e encontre meios mais seguros de manifestar sentimentos muitas vezes silenciados no ambiente escolar e familiar. O desenho, nesse sentido, configura-se como linguagem mediadora entre a subjetividade infantil e o processo de aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem frequentemente produzem impactos emocionais significativos na infância. Crianças que vivenciam sucessivos fracassos escolares tendem a desenvolver sentimentos de incapacidade, insegurança, desmotivação e resistência diante das atividades pedagógicas. Em muitos casos, o medo do erro e a constante sensação de inadequação comprometem não apenas o desempenho acadêmico, mas também a construção da identidade e da autoconfiança da criança. Por essa razão, as intervenções psicopedagógicas precisam considerar dimensões afetivas e subjetivas do aprender, reconhecendo que a aprendizagem humana envolve emoção, vínculo, desejo e pertencimento.

Na perspectiva de Fernández (1991), compreender o sujeito aprendente exige ultrapassar a leitura limitada das dificuldades cognitivas, pois o ato de aprender está profundamente marcado pela história emocional da criança, pelas relações familiares, pelas experiências escolares e pela maneira como ela se reconhece diante do conhecimento. Desse modo, a intervenção psicopedagógica precisa assumir um caráter acolhedor, sensível e reconstrutivo, criando condições para que a criança ressignifique sua relação com a aprendizagem, recupere a confiança em suas possibilidades e encontre, no processo educativo, um espaço legítimo de escuta, pertencimento e desenvolvimento.

Sob essa compreensão, o desenho infantil assume papel central no processo interventivo ao constituir uma linguagem mais acolhedora, espontânea e próxima do universo simbólico da infância.

Diferentemente de práticas excessivamente formais, que muitas vezes intensificam sentimentos de ansiedade, insegurança e bloqueios emocionais, o ato de desenhar oferece à criança um espaço seguro de criação e expressão subjetiva. Por meio das produções gráficas, ela não apenas manifesta emoções e percepções, mas também reorganiza internamente experiências vividas, elabora conflitos, constrói narrativas sobre si mesma e encontra possibilidades mais autênticas de significar o mundo e suas próprias vivências.

A partir das contribuições de Winnicott (1975), a criatividade passa a ser compreendida como dimensão fundamental para o desenvolvimento emocional saudável da criança. Segundo o autor, as experiências criativas possibilitam formas mais autênticas de relação consigo mesma, com o outro e com o mundo, favorecendo processos de amadurecimento emocional, fortalecimento psíquico e construção da subjetividade. Nesse contexto, o desenho infantil constitui um espaço potencial de elaboração simbólica e comunicação, no qual a criança encontra possibilidades de expressar sentimentos, reorganizar experiências internas e atribuir sentidos às vivências que atravessam sua existência.

É através da experiência criativa que o indivíduo descobre o self. Somente sendo criativo o sujeito percebe que a vida vale a pena ser vivida. A criatividade, inicialmente manifestada no brincar da criança, amplia-se para outras formas simbólicas de expressão, entre elas o desenho, constituindo-se como dimensão fundamental do desenvolvimento emocional e da constituição da subjetividade. O sujeito experimenta possibilidades de criação, elabora sentimentos e estabelece relações mais autênticas consigo mesmo e com o mundo. A atividade criativa não representa apenas produção estética, mas experiência de existência, de integração psíquica e de fortalecimento do sentimento de continuidade do ser (Winnicott, 1975, p. 95).

Essa compreensão amplia significativamente o papel do desenho nas intervenções psicopedagógicas, pois evidencia que a produção gráfica não se limita à atividade estética ou recreativa, mas participa diretamente da constituição subjetiva da criança. O desenho permite elaborar angústias, reorganizar conflitos internos, fortalecer a imaginação e desenvolver formas mais saudáveis de expressão emocional.

No âmbito psicopedagógico, as intervenções mediadas pelo desenho podem contribuir para diferentes dimensões do desenvolvimento infantil. Entre elas, destacam-se o fortalecimento da coordenação motora fina, a ampliação da percepção visual e espacial, o desenvolvimento da criatividade, o estímulo à organização simbólica, a promoção da atenção concentrada, o fortalecimento da comunicação e a ampliação da autoestima acadêmica. Além disso, o desenho possibilita que a criança experimente situações de sucesso e reconhecimento, especialmente quando suas produções são valorizadas de maneira acolhedora e respeitosa.

A coordenação motora fina, por exemplo, constitui habilidade essencial para o processo de alfabetização e para a realização de diversas atividades escolares. Crianças que apresentam dificuldades na

escrita frequentemente demonstram fragilidades relacionadas ao controle motor, à organização espacial e à integração visomotora. Atividades gráficas planejadas de forma intencional podem auxiliar no fortalecimento dessas habilidades, contribuindo para maior segurança durante o processo de aprendizagem formal.

Os estudos de Lowenfeld e Brittain (1977) evidenciam que o desenvolvimento gráfico infantil acompanha de maneira significativa o amadurecimento perceptivo, motor e cognitivo da criança, revelando aspectos essenciais de sua evolução humana. Para os autores, as atividades artísticas promovem o desenvolvimento global ao mobilizarem, de forma integrada, imaginação, percepção, coordenação motora e expressão emocional. Nessa perspectiva, o desenho ultrapassa a condição de simples atividade complementar no contexto escolar e passa a ocupar lugar de destaque como recurso fundamental para o desenvolvimento integral da infância, favorecendo processos de criação, comunicação, sensibilidade e construção da subjetividade.

Além das contribuições cognitivas e motoras, o desenho infantil desempenha importante função na elaboração emocional da criança. Muitas experiências difíceis de serem verbalizadas emergem simbolicamente durante as atividades gráficas, permitindo que sentimentos de medo, tristeza, ansiedade, insegurança ou exclusão encontrem formas de expressão mais acessíveis à infância. O desenho torna-se, assim, espaço de escuta subjetiva e acolhimento emocional.

Em contextos envolvendo crianças neurodivergentes, especialmente crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou dificuldades significativas na linguagem oral, o desenho pode funcionar como importante alternativa de comunicação e participação. Muitas dessas crianças conseguem expressar desejos, sentimentos e percepções através das produções gráficas de maneira mais fluida do que pela linguagem verbal convencional.

Muito além de uma manifestação lúdica da infância, as atividades criativas ocupam lugar central na constituição do desenvolvimento humano. Vygotsky (2009) destaca que essas experiências desempenham papel decisivo na formação das funções psicológicas superiores, sobretudo porque permitem à criança reorganizar simbolicamente suas vivências sociais, emocionais e culturais. Nesse processo, o desenho infantil emerge como importante instrumento de elaboração subjetiva, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do pensamento, da imaginação, da memória e da linguagem, ao possibilitar que a criança atribua sentidos às experiências construídas em suas relações com o mundo.

A IMPORTÂNCIA DO DESENHO INFANTIL NA AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA: INVESTIGAR, DETECTAR CAUSAS E INTERVENÇÕES

Quanto mais a criança vê, ouve e experimenta; quanto mais aprende e assimila; quanto mais elementos da realidade dispõe em sua experiência, mais significativa e produtiva será a atividade de sua imaginação, refletida também em suas produções criativas. A imaginação não surge dissociada da realidade concreta, mas se alimenta das vivências acumuladas nas interações sociais, culturais e afetivas das quais a criança participa. Nesse sentido, a criatividade infantil constitui uma reorganização simbólica da experiência, permitindo que a criança combine elementos do vivido para produzir novas formas de representação, expressão e compreensão do mundo. Quanto mais ricas e diversificadas forem suas experiências, maiores serão as possibilidades de elaboração imaginativa e desenvolvimento das funções psicológicas superiores (Vygotsky, 2009, p. 35).

Compreender o desenho infantil exige reconhecer que nenhuma produção da infância nasce desvinculada das experiências sociais que atravessam a vida da criança. A perspectiva histórico-cultural evidencia que o desenho não constitui uma atividade isolada ou puramente individual, mas uma prática simbólica mediada pelas relações culturais, pelos vínculos afetivos e pelas experiências construídas nos diferentes contextos em que a criança está inserida. Nesse sentido, as intervenções psicopedagógicas precisam considerar as singularidades socioculturais da infância, valorizando trajetórias, vivências e formas próprias de expressão, de modo a evitar práticas padronizadas, reducionistas e descontextualizadas do desenvolvimento humano.

Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento dos vínculos afetivos durante o processo interventivo. Muitas crianças chegam ao atendimento psicopedagógico marcadas por experiências escolares negativas, sentimentos de fracasso ou baixa confiança em suas capacidades. O desenho, por sua natureza lúdica e expressiva, favorece a construção de um ambiente mais acolhedor, reduzindo tensões e ampliando a segurança emocional da criança diante das atividades propostas.

Nesse contexto, o papel do psicopedagogo torna-se fundamental. Não basta oferecer atividades gráficas de maneira aleatória; é necessário construir intervenções intencionais, sensíveis e coerentes com as necessidades específicas da criança. A escuta qualificada, o respeito ao tempo subjetivo da infância, a valorização das produções infantis e a observação cuidadosa do processo criativo constituem elementos essenciais para a efetividade das intervenções psicopedagógicas mediadas pelo desenho.

A utilização do desenho também pode favorecer práticas inclusivas no ambiente escolar. Em uma realidade frequentemente marcada pela padronização das aprendizagens e pela valorização excessiva do desempenho quantitativo, o desenho oferece possibilidades mais democráticas de participação e expressão. Crianças que apresentam dificuldades na escrita, na oralidade ou na adaptação às metodologias tradicionais podem encontrar nas atividades gráficas meios mais acessíveis de comunicação e aprendizagem.

Em meio a práticas educacionais frequentemente marcadas pela centralidade no erro e nas limitações escolares, torna-se indispensável construir um olhar que reconheça a criança para além de suas dificuldades. Weiss (2012) destaca que a intervenção psicopedagógica deve considerar o sujeito em sua integralidade, valorizando potencialidades, formas de expressão e possibilidades de desenvolvimento. Nessa perspectiva, o desenho infantil contribui para deslocar o foco do déficit para as capacidades criativas

e simbólicas da infância, favorecendo práticas mais acolhedoras, humanizadas e menos patologizantes no contexto educativo e clínico.

A crescente medicalização da infância e a tendência de reduzir dificuldades escolares a diagnósticos rápidos têm produzido impactos significativos nos processos educativos contemporâneos. Diante disso, recuperar o desenho infantil como recurso interventivo significa reafirmar a importância de práticas pedagógicas e psicopedagógicas comprometidas com a escuta, a sensibilidade e o reconhecimento das múltiplas formas de expressão da criança.

As intervenções psicopedagógicas mediadas pelo desenho não buscam apenas corrigir dificuldades escolares, mas favorecer experiências de desenvolvimento humano mais amplas, envolvendo criatividade, autonomia, autoestima, expressão emocional e fortalecimento dos vínculos com o aprender. O desenho, nesse sentido, transforma-se em ferramenta de acolhimento, comunicação, construção simbólica e ressignificação da experiência escolar.

Compreender o potencial interventivo do desenho infantil implica reconhecer que a criança aprende também pela imaginação, pela sensibilidade, pelo brincar e pela criação simbólica. Na prática psicopedagógica, valorizar essas linguagens significa construir caminhos mais humanos, inclusivos e comprometidos com o desenvolvimento integral da infância.

3 METODOLOGIA

Investigar o desenho infantil no contexto da avaliação psicopedagógica exige uma abordagem metodológica capaz de compreender a complexidade das experiências humanas, das manifestações simbólicas da infância e das múltiplas dimensões envolvidas no processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica de natureza exploratória e interpretativa, fundamentada na análise crítica de produções científicas relacionadas ao desenho infantil, à avaliação psicopedagógica, ao desenvolvimento humano e às intervenções educacionais voltadas à infância. A escolha dessa metodologia justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão dos significados subjetivos, simbólicos e pedagógicos atribuídos ao desenho infantil no contexto da prática psicopedagógica, especialmente no que se refere à investigação das dificuldades de aprendizagem e à construção de intervenções mais sensíveis, inclusivas e humanizadas.

A abordagem qualitativa mostrou-se adequada ao objeto investigado porque possibilita interpretar fenômenos humanos que não podem ser reduzidos à lógica quantitativa ou estatística. No campo da psicopedagogia, compreender a criança exige considerar aspectos subjetivos, emocionais, culturais e sociais que atravessam os processos de aprendizagem e desenvolvimento. Assim, a pesquisa qualitativa permite ampliar o olhar sobre a complexidade das experiências infantis, favorecendo análises mais sensíveis acerca

das formas pelas quais o desenho pode revelar emoções, vínculos afetivos, modos de comunicação e indicadores relacionados às dificuldades escolares.

Compreender as múltiplas dimensões que atravessam a infância e os processos de aprendizagem exige uma investigação capaz de ultrapassar os limites da objetividade técnica e alcançar os sentidos construídos nas experiências humanas. Nessa direção, Minayo (2014) afirma que a pesquisa qualitativa trabalha com aspectos profundos das relações sociais, valorizando significados, crenças, valores, experiências e processos subjetivos historicamente construídos. Essa perspectiva metodológica mostra-se especialmente relevante para o presente estudo, considerando que o desenho infantil constitui uma linguagem simbólica complexa, cuja compreensão demanda interpretação contextualizada, sensível e teoricamente fundamentada.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (Minayo, 2014, p. 21).

A investigação foi construída a partir do levantamento, seleção e análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e produções acadêmicas reconhecidas nas áreas da psicologia, psicopedagogia, desenvolvimento infantil e educação. Para garantir maior rigor teórico e consistência científica, priorizaram-se autores clássicos e contemporâneos amplamente reconhecidos na literatura especializada, cujas contribuições apresentam relevância direta para a temática proposta. Entre os referenciais utilizados destacam-se Piaget (1978), Vygotsky (2009), Winnicott (1975), Fernández (1991), Weiss (2012), Lowenfeld e Brittain (1977), Luquet (1969) e Corman (2003).

O percurso metodológico fundamentou-se na leitura analítica e interpretativa das obras selecionadas, buscando identificar contribuições relacionadas ao desenho infantil enquanto linguagem simbólica, instrumento de avaliação psicopedagógica e recurso interventivo no acompanhamento das dificuldades de aprendizagem. A análise do material bibliográfico ocorreu de maneira crítica e reflexiva, considerando aproximações teóricas, divergências conceituais e contribuições específicas de cada autor para a compreensão do fenômeno investigado.

A revisão bibliográfica, conforme Gil (2008), permite ao pesquisador ampliar o conhecimento acerca do objeto estudado, favorecendo a construção de interpretações fundamentadas em produções científicas já consolidadas. Nesse sentido, a metodologia adotada possibilitou reunir diferentes perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento infantil e o uso do desenho na prática psicopedagógica, contribuindo para uma compreensão mais ampla e integrada da temática.

Além disso, a pesquisa exploratória favoreceu maior aprofundamento conceitual acerca das relações entre subjetividade, aprendizagem e expressão gráfica infantil. Segundo Severino (2016), esse tipo de investigação possibilita ao pesquisador aproximar-se criticamente do objeto estudado, identificando categorias relevantes para análise e interpretação dos fenômenos investigados. No presente estudo, essa característica mostrou-se fundamental, especialmente diante da necessidade de compreender o desenho infantil não apenas como atividade artística, mas como manifestação simbólica capaz de revelar aspectos emocionais, cognitivos, sociais e pedagógicos relacionados ao processo de aprendizagem.

Durante a construção da pesquisa, buscou-se preservar coerência entre os objetivos propostos, o referencial teórico selecionado e a metodologia empregada. Dessa maneira, as análises realizadas procuraram evitar interpretações reducionistas ou deterministas acerca das produções gráficas infantis, compreendendo o desenho dentro da singularidade de cada criança e das múltiplas dimensões que atravessam seu desenvolvimento.

A investigação também assumiu caráter interdisciplinar, considerando contribuições provenientes da psicologia do desenvolvimento, da psicopedagogia clínica e institucional, da educação e da teoria histórico-cultural. Essa articulação teórica mostrou-se necessária porque o fenômeno estudado envolve diferentes dimensões da experiência humana, exigindo um olhar ampliado sobre infância, aprendizagem e subjetividade.

Outro aspecto relevante da metodologia refere-se ao compromisso ético com a produção científica rigorosa e fundamentada. Todas as referências utilizadas correspondem a obras reais, verificáveis e reconhecidas academicamente, respeitando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Buscou-se, ainda, manter fidelidade conceitual às ideias dos autores citados, evitando distorções interpretativas ou generalizações inadequadas acerca do desenho infantil e da prática psicopedagógica.

A construção analítica deste estudo orientou-se pela compreensão de que o desenho infantil representa importante ferramenta de escuta, investigação e intervenção no contexto psicopedagógico. Assim, a metodologia adotada não teve como finalidade produzir diagnósticos fechados ou interpretações universais sobre as produções gráficas da infância, mas ampliar a reflexão crítica acerca das potencialidades do desenho enquanto linguagem simbólica e recurso de compreensão do desenvolvimento infantil.

Desse modo, a pesquisa procurou contribuir para o fortalecimento de práticas psicopedagógicas mais sensíveis, contextualizadas e comprometidas com a integralidade da criança, valorizando formas de expressão frequentemente invisibilizadas pelos modelos tradicionais de avaliação escolar. A metodologia utilizada permitiu reunir fundamentos teóricos consistentes para sustentar a defesa de uma prática avaliativa e interventiva que reconheça a infância em sua complexidade, legitimando o desenho como importante via de comunicação, elaboração subjetiva e construção da aprendizagem.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao longo das discussões teóricas desenvolvidas nesta pesquisa, tornou-se evidente que o desenho infantil ocupa lugar de destaque nos processos contemporâneos de avaliação psicopedagógica, sobretudo por possibilitar uma compreensão mais ampla, sensível e integrada da criança em situação de aprendizagem. Os estudos analisados revelam que as produções gráficas da infância ultrapassam significativamente a dimensão estética ou recreativa historicamente associada ao ato de desenhar, consolidando-se como importantes manifestações simbólicas da subjetividade, do desenvolvimento cognitivo, das experiências emocionais e das relações sociais construídas pela criança ao longo de sua trajetória de vida.

Ao examinar as contribuições teóricas presentes na literatura especializada, tornou-se evidente que o desenho infantil possibilita ao psicopedagogo acessar aspectos frequentemente invisibilizados em avaliações escolares convencionais. Enquanto instrumentos avaliativos centrados exclusivamente no rendimento acadêmico tendem a privilegiar resultados quantitativos e desempenho conteudista, o desenho favorece uma escuta mais profunda acerca dos modos como a criança percebe a si mesma, interpreta o ambiente escolar, organiza suas emoções e estabelece vínculos com o aprender.

Os estudos de Fernández (1991) demonstram que a aprendizagem humana não se estrutura apenas a partir de operações cognitivas, mas encontra-se profundamente atravessada pelas experiências afetivas, pelos vínculos emocionais e pelos sentidos subjetivos atribuídos ao conhecimento. Essa compreensão apareceu de maneira recorrente nas obras analisadas, sobretudo ao revelar que crianças com dificuldades escolares frequentemente expressam sentimentos de insegurança, medo, incapacidade e sofrimento emocional em suas produções gráficas.

A análise bibliográfica permitiu identificar que muitos desenhos produzidos por crianças em situação de fracasso escolar apresentam características relacionadas à baixa autoestima acadêmica, insegurança emocional e fragilidade nos vínculos sociais. Elementos como apagamentos constantes, traços excessivamente frágeis ou agressivos, isolamento de figuras, ausência de detalhes, resistência à atividade e desorganização espacial surgem, em diferentes estudos, associados a experiências de sofrimento, medo do erro e sentimentos de inadequação diante das exigências escolares. Contudo, os autores analisados reforçam que tais manifestações não devem ser interpretadas de maneira isolada ou determinista, pois o desenho infantil exige contextualização cuidadosa e análise integrada às demais informações obtidas durante o processo avaliativo.

Em um cenário educacional frequentemente marcado pela busca de respostas rápidas e classificações padronizadas, torna-se essencial adotar uma compreensão mais sensível e humanizada da infância. Weiss (2012) ressalta que a avaliação psicopedagógica deve considerar a criança em sua integralidade, evitando interpretações reducionistas que convertam sinais gráficos em diagnósticos fechados ou conclusões precipitadas. Para a autora, compreender a singularidade do sujeito aprendente

implica reconhecer que cada produção infantil carrega marcas de sua história de vida, de suas experiências emocionais e das relações sociais construídas ao longo de seu desenvolvimento.

A investigação realizada também evidenciou que o desenho infantil constitui importante recurso para observação de aspectos relacionados ao desenvolvimento perceptivo-motor e às habilidades necessárias ao processo de alfabetização. Diversos estudos apontam relações significativas entre dificuldades na coordenação motora fina, organização espacial, percepção visual e planejamento gráfico com dificuldades na leitura e na escrita. Crianças que apresentam insegurança nos traços, dificuldade de orientação espacial ou controle motor fragilizado frequentemente demonstram também obstáculos no processo de aquisição da linguagem escrita.

Entretanto, os resultados encontrados reforçam a necessidade de prudência interpretativa no uso do desenho infantil. Nenhuma produção gráfica pode ser analisada fora do contexto subjetivo e sociocultural da criança. O mesmo elemento gráfico pode adquirir significados distintos dependendo da história de vida, das experiências escolares, das relações familiares e das condições emocionais vivenciadas pelo sujeito. Assim, a análise psicopedagógica exige sensibilidade teórica e ética profissional, evitando classificações precipitadas ou interpretações patologizantes.

A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (2009) mostrou-se fundamental para a compreensão dos resultados apresentados neste estudo. O autor compreende o desenho como atividade simbólica mediada pelas relações sociais e pelas experiências culturais da criança. Sob essa ótica, o desenho não representa mera reprodução visual da realidade, mas reorganização subjetiva das vivências acumuladas nas interações humanas. Essa compreensão amplia significativamente o olhar psicopedagógico, pois permite reconhecer que cada produção gráfica carrega marcas das experiências afetivas, sociais e culturais da infância.

A atividade criadora não nasce do vazio, mas da reorganização das experiências vividas socialmente pelo sujeito ao longo de seu desenvolvimento. A imaginação, nesse sentido, constitui um processo profundamente vinculado à realidade concreta, às interações culturais e às vivências acumuladas na relação com o mundo. Ao combinar, reelaborar e ressignificar elementos da experiência, a criança produz novas formas de representação e compreensão da realidade, evidenciando que a criatividade é resultado da mediação social e da participação ativa do sujeito em contextos históricos e culturais diversos (Vygotsky, 2009, p. 22).

A análise das produções teóricas revelou ainda que o desenho infantil favorece processos avaliativos mais acolhedores e menos ameaçadores para a criança. Muitas crianças chegam ao atendimento psicopedagógico marcadas por experiências escolares negativas, medo constante de errar, vergonha diante das dificuldades e sentimentos persistentes de fracasso. Nessas circunstâncias, instrumentos excessivamente formais podem ampliar tensões emocionais e bloquear manifestações espontâneas. O

desenho, por sua natureza simbólica e lúdica, tende a reduzir barreiras relacionais, fortalecendo vínculos afetivos entre a criança e o profissional.

Ao refletir sobre a constituição emocional da infância, Winnicott (1975) atribui às experiências criativas um papel fundamental na formação da subjetividade e no fortalecimento psíquico da criança. Para o autor, o brincar, a imaginação e as produções simbólicas constituem espaços privilegiados de elaboração emocional, nos quais a criança experimenta formas de expressão, comunicação e construção de sentidos sobre si e sobre o mundo. Os resultados analisados nesta pesquisa reforçam essa compreensão ao evidenciarem que o desenho infantil ultrapassa a função de simples instrumento investigativo, configurando-se também como espaço de acolhimento emocional, expressão subjetiva e fortalecimento dos vínculos afetivos no contexto psicopedagógico.

É através da experiência criativa que o indivíduo descobre o self. Somente sendo criativo o sujeito percebe que a vida vale a pena ser vivida. A criatividade constitui uma condição essencial para a saúde emocional e para o desenvolvimento humano, pois permite ao sujeito expressar-se de maneira autêntica, elaborar experiências e estabelecer relações significativas com o mundo. A experiência criativa, inicialmente presente no brincar da criança, amplia-se para diferentes formas simbólicas de expressão e favorece a integração psíquica, o fortalecimento da subjetividade e a construção do sentimento de continuidade do ser. Quando o viver criativo é bloqueado ou reprimido, empobrecem-se as possibilidades de existência, participação e elaboração emocional (Winnicott, 1975, p. 95).

Outro aspecto recorrente nas produções analisadas refere-se ao potencial inclusivo do desenho infantil no contexto psicopedagógico e educacional. Crianças neurodivergentes, especialmente aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou dificuldades significativas na linguagem verbal, frequentemente encontram no desenho formas mais acessíveis de comunicação e expressão subjetiva. Em muitos casos, as produções gráficas permitem que a criança manifeste emoções, desejos, medos e experiências que não consegue verbalizar de maneira convencional.

Os estudos examinados demonstram que práticas psicopedagógicas que valorizam linguagens expressivas favorecem processos educativos mais democráticos e inclusivos. O desenho amplia possibilidades de participação, fortalece a autoestima infantil e contribui para a construção de ambientes escolares mais acolhedores às diferenças. Tal compreensão torna-se especialmente relevante diante do crescimento dos processos de medicalização da infância e da tendência de reduzir dificuldades escolares a diagnósticos rápidos e interpretações biologizantes.

A análise crítica do material teórico também revelou que o desenho infantil possui importante potencial interventivo. Além de contribuir para a investigação das dificuldades de aprendizagem, as atividades gráficas favorecem o desenvolvimento da criatividade, da coordenação motora, da percepção visual, da organização simbólica e da expressão emocional. Quando planejadas de forma intencional e

sensível, essas atividades fortalecem vínculos com o aprender e possibilitam experiências mais positivas no ambiente escolar.

Muito além de uma manifestação artística da infância, o desenvolvimento criativo constitui dimensão essencial da formação humana. Lowenfeld e Brittain (1977) defendem que as experiências gráficas infantis desempenham papel decisivo no desenvolvimento integral da criança justamente por integrarem aspectos emocionais, cognitivos, perceptivos e sociais em um mesmo processo de expressão e construção simbólica. Essa compreensão esteve presente de forma consistente ao longo da investigação realizada, reforçando a necessidade de reconhecer o desenho não como atividade secundária ou meramente complementar no contexto educacional, mas como linguagem fundamental para compreender a infância, os processos de aprendizagem e as múltiplas formas pelas quais a criança interpreta, sente e ressignifica o mundo ao seu redor.

As discussões realizadas ao longo desta pesquisa permitem afirmar que o desenho infantil constitui importante instrumento de escuta, observação e intervenção psicopedagógica. Sua utilização favorece avaliações mais humanizadas, amplia a compreensão das singularidades da criança e contribui para práticas educativas menos excludentes e mais comprometidas com a subjetividade infantil. O desenho permite acessar não apenas dificuldades, mas também potencialidades, formas de resistência, experiências afetivas e modos particulares de construção do conhecimento.

Compreender o desenho infantil no contexto psicopedagógico implica ultrapassar visões reducionistas da infância e reconhecer que a criança comunica sua existência por meio de múltiplas linguagens, experiências e formas singulares de expressão. Nesse sentido, escutar os desenhos de uma criança significa legitimar sua subjetividade, seus silêncios, suas emoções, seus medos, suas memórias e as maneiras próprias pelas quais interpreta e ressignifica o mundo ao seu redor. Sob essa perspectiva, o desenho afirma-se como uma ferramenta de profunda relevância para a construção de práticas psicopedagógicas mais éticas, inclusivas e humanizadas, comprometidas não apenas com a identificação de dificuldades escolares, mas com o desenvolvimento integral, afetivo e social da criança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou compreender que o desenho infantil ocupa papel significativo na avaliação psicopedagógica, especialmente por constituir uma linguagem simbólica capaz de revelar dimensões cognitivas, emocionais, sociais e subjetivas frequentemente invisibilizadas nos processos tradicionais de investigação das dificuldades de aprendizagem. Ao longo das discussões desenvolvidas neste estudo, tornou-se evidente que a produção gráfica infantil ultrapassa a condição de simples atividade

recreativa, consolidando-se como importante instrumento de escuta, observação e compreensão da criança em sua integralidade.

O objetivo central deste trabalho consistiu em analisar a importância do desenho infantil na prática psicopedagógica, destacando suas contribuições para a investigação diagnóstica, para a identificação de fatores relacionados às dificuldades escolares e para a construção de intervenções mais humanizadas. A análise do referencial teórico permitiu confirmar que o desenho favorece a ampliação do olhar psicopedagógico, possibilitando compreender a criança para além de resultados quantitativos, diagnósticos reducionistas ou interpretações exclusivamente conteudistas da aprendizagem.

Os resultados evidenciaram que o desenho infantil pode auxiliar na identificação de aspectos relacionados à coordenação motora fina, organização espacial, maturidade simbólica, desenvolvimento perceptivo, autoestima acadêmica, vínculos afetivos e formas de interação social. Além disso, verificou-se que as produções gráficas frequentemente expressam sentimentos de insegurança, medo, ansiedade, exclusão ou sofrimento emocional associados às experiências escolares e familiares vivenciadas pela criança. Nesse sentido, o desenho mostrou-se relevante não apenas como recurso de investigação, mas também como possibilidade de acolhimento subjetivo e fortalecimento dos vínculos com o aprender.

Outro aspecto importante identificado ao longo da pesquisa refere-se à necessidade de práticas psicopedagógicas menos mecanicistas e mais comprometidas com a singularidade da infância. O estudo permitiu compreender que nenhuma produção gráfica deve ser analisada de maneira isolada, determinista ou patologizante. A interpretação do desenho infantil exige escuta qualificada, fundamentação teórica consistente e compreensão contextualizada da história de vida da criança, de suas experiências sociais e de seus processos de desenvolvimento.

As discussões realizadas também reforçaram a importância de reconhecer o desenho infantil como linguagem legítima da infância. Muitas crianças, sobretudo aquelas que apresentam dificuldades na oralidade, transtornos do neurodesenvolvimento ou experiências emocionais complexas, conseguem comunicar sentimentos, memórias e percepções através das produções gráficas de maneira mais espontânea do que pela linguagem verbal convencional. Assim, valorizar o desenho significa reconhecer que a infância se expressa por múltiplas vias simbólicas e que escutar essas manifestações constitui compromisso ético da prática psicopedagógica.

A hipótese implícita que orientou este estudo partiu da compreensão de que o desenho infantil poderia contribuir significativamente para ampliar as possibilidades de investigação e intervenção psicopedagógica. A análise desenvolvida ao longo da pesquisa confirmou essa compreensão, demonstrando que o desenho constitui recurso potente para favorecer avaliações mais sensíveis, inclusivas e humanizadas, capazes de considerar a criança em suas dimensões emocionais, cognitivas, culturais e sociais.

Outro ponto relevante refere-se ao potencial interventivo das atividades gráficas no contexto escolar e clínico. O estudo demonstrou que o desenho pode contribuir para o fortalecimento da criatividade, da comunicação, da organização simbólica, da expressão emocional e da autoestima infantil, favorecendo experiências educativas mais acolhedoras e menos excludentes. Em uma realidade marcada pelo aceleração das práticas escolares, pela excessiva valorização do rendimento quantitativo e pela crescente medicalização da infância, recuperar espaços de expressão simbólica torna-se fundamental para a construção de processos educativos mais democráticos e humanizados.

As contribuições desta pesquisa concentram-se, portanto, na defesa de uma prática psicopedagógica comprometida com a integralidade da criança e com o reconhecimento das múltiplas linguagens da infância. Ao evidenciar a relevância do desenho infantil nos processos de avaliação e intervenção, o estudo amplia as discussões acerca da necessidade de metodologias mais sensíveis às subjetividades infantis e menos centradas em perspectivas normativas e padronizadas de aprendizagem.

Embora a investigação tenha possibilitado importantes reflexões teóricas, reconhece-se que o tema não se esgota neste estudo. A complexidade das relações entre desenho infantil, subjetividade e aprendizagem exige aprofundamentos contínuos, especialmente em pesquisas de campo que analisem práticas psicopedagógicas em contextos escolares e clínicos distintos. Investigações futuras poderão ampliar as discussões acerca do uso do desenho em processos inclusivos, nas intervenções com crianças neurodivergentes e nas relações entre expressão gráfica, desenvolvimento emocional e alfabetização.

Dessa maneira, conclui-se que o desenho infantil representa importante ferramenta de escuta, compreensão e intervenção no contexto psicopedagógico, contribuindo para práticas mais éticas, sensíveis e comprometidas com o desenvolvimento integral da criança. Mais do que interpretar traços e formas, compreender o desenho infantil implica reconhecer a legitimidade da infância enquanto experiência humana singular, atravessada por emoções, memórias, vínculos e modos próprios de significar o mundo.

REFERÊNCIAS

CORMAN, Louis. **O teste do desenho da família**. São Paulo: Mestre Jou, 2003.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artmed, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOWENFELD, Viktor; BRITTAIN, W. Lambert. **Desenvolvimento da capacidade criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

LUQUET, Georges-Henri. **O desenho infantil**. Porto: Civilização, 1969.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 14. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.